

Ata n.º 2

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Licenciamento e Responsabilidade Ambiental (DLRA), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos 21 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 30 de março de 2023, deu seguimento aos trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: Marco Santos Nunes, Diretor de Serviços de Controlo;

1ª Vogal Efetiva: Tatiana Raquel Pereira Saldanha, Chefe da Divisão de Licenciamento e Responsabilidade Ambiental, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2º Vogal Efetivo: Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos).

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. Análise das candidaturas

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

VI. Notificação aos candidatos

I. Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 3 candidatos a seguir identificados:

- Ana Carina Pereira Lúcio Barbosa
- Ana Laura Ferreira de Freitas
- João Carlos Ferreira Malhão

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 13.º e 15.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e da Oferta de Emprego OE202305/0720, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 19 de maio de 2023.

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura, conjugados com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:

- Ana Carina Pereira Lúcio Barbosa
- Ana Laura Ferreira de Freitas
- João Carlos Ferreira Malhão

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

1. Dos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, e analisadas as respetivas candidaturas, verificou-se que não se encontram no desempenho de funções e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, os seguintes:
 - Ana Carina Pereira Lúcio Barbosa
 - Ana Laura Ferreira de Freitas
 - João Carlos Ferreira Malhão
2. Para os candidatos identificados na lista acima, serão adotados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista de avaliação de competências (EAC), conforme detalhe da Oferta de Emprego com o Código: OE202305/0720.
3. Ainda nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os métodos de seleção podem ser de forma faseada. O júri decidiu que os métodos de seleção serão aplicados num único momento, por se considerar exequível a realização dos mesmos.

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 19 de setembro de 2023, pelas 09H30 para a Prova de Conhecimentos (PC) e para a Avaliação Curricular (AC) e a partir das 12H00 para a Entrevista de avaliação de competências (EAC), nas instalações da DRAPLVT, na Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n.º 3, 2000-471 Santarém.

Nos termos dos números 3 e 4 do artigo 21.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção.

Nestes termos, as Entrevistas de avaliação de competências (EAC), serão agendadas por ordem alfabética a partir das 12h00 do mesmo dia, apenas para os candidatos habilitados para este método de seleção.

Através da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos designar-se-ão dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização.

Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.

VI. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na sua redação atual, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente



Marco Santos Nunes

1ª Vogal Efetiva



Tatiana Raquel Pereira Saldanha

2º Vogal Efetivo



Rui Manuel Gonçalves Paulo

